

MERCADOS

Bovespa destoa de Nova York e cai 0,93%, aos 172,44 mil pontos

CAROLINE ARAGAKI/AE

O Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) destoou da performance positiva dos ativos domésticos e dos índices de Nova York ontem.

Após alcançar o maior valor em um mês na sexta-feira, o Ibovespa fechou com queda de 0,93%, aos 172.447,58 pontos, e giro financeiro de R\$ 16,94 bilhões. Entre a máxima de abertura (174 057,47 pontos; -0,01%) e a mínima (171.621,70 pontos; -1,41%) pela manhã, perdeu cerca de 2.400 pontos. Com isso, a referência da B3 se descolou de Wall Street, que teve altas de 0,29% (Dow Jones) a 1,12% (Nasdaq).

O índice também foi pressionado pela queda das blue chips, com bancos cedendo de 0,42% (Itaú PN) a 1,05% (Banco do Brasil ON), além de Petrobras e Vale cedendo mais de 1%.

DÓLAR

O dólar emendou o terceiro

pregão consecutivo de baixa ontem, furou o piso de R\$ 5,15 e fechou no menor nível desde meados de junho. Sem indicadores domésticos relevantes, operadores atribuíram o bom desempenho da moeda brasileira a ajustes nos prêmios de risco após a recente onda de depreciação, em um ambiente marcado por alívio contínuo no mercado de renda fixa local e pela valorização de commodities agrícolas, em especial a soja.

Com mínima de R\$ 5,1279, por volta das 15h55, o dólar à vista encerrou o dia em baixa de 0,71%, a R\$ 5,1320 - menor valor de fechamento desde 17 de junho (R\$ 5,1077). A moeda americana acumula desvalorização de 0,6% frente ao real nos quatro primeiros pregões de julho, após avanço de 2,38% no mês passado. No ano, as perdas são de 6,50%. O real apresenta, em 2026, o segundo melhor desempenho entre as divisas mais líquidas, atrás do peso colombiano.

RECEITA ATENDE

Receita Federal lança canal único de atendimento digital

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A Receita Federal iniciou ontem a operação do Receita Atende, novo canal único de atendimento digital criado para concentrar, em uma única plataforma, o relacionamento do órgão com cidadãos e empresas. Nesta primeira fase, o sistema passa a substituir a maior parte dos serviços atualmente prestados pelo Fale Conosco, principalmente para esclarecimento de dúvidas e orientação sobre serviços administrados pela Receita.

Segundo o órgão, a mudança faz parte do processo de modernização do atendimento ao contribuinte e busca tornar os serviços mais integrados, seguros e eficientes.

MIGRAÇÃO GRADUAL

A implantação do Receita Atende ocorrerá de forma gradual. Inicialmente, apenas as demandas hoje direcionadas ao Fale Conosco serão migradas para a nova plataforma.

Em uma segunda etapa, a Receita Federal pretende incorporar ao sistema o atendimento realizado por e-mail e também os processos digitais, concentrando em um único ambiente virtual praticamente todas as interações entre os contribuintes e o Fisco.

O órgão quer reduzir a fragmentação dos canais de atendimento e facilitar o acompa-

nhamento dos pedidos pelos usuários.

MAIS INTEGRAÇÃO

De acordo com a Receita Federal, o objetivo é oferecer uma experiência mais simples para cidadãos e empresas, reunindo em um único local os serviços de orientação e atendimento digital que hoje estão distribuídos em diferentes plataformas.

A centralização também deve permitir maior controle sobre o histórico das interações, além de contribuir para reduzir o tempo de resposta às demandas e reforçar a segurança das informações compartilhadas.

IMPACTO

A mudança afeta especialmente profissionais das áreas fiscal, contábil, tributária e de compliance (conformidade com leis e regulamentos), que utilizam frequentemente os canais da Receita para esclarecer dúvidas e tratar procedimentos administrativos.

A recomendação é que empresas e escritórios de contabilidade passem a utilizar o Receita Atende desde o início da migração, acompanhando a incorporação gradual dos demais serviços ao novo ambiente digital.

Segundo o Fisco, o Receita Atende deverá se tornar, ao fim da implementação, o principal canal de relacionamento eletrônico entre os contribuintes e o órgão.

Nota**BC E RECEITA FEDERAL REALIZARÃO CONCURSOS**

A Receita Federal e o Banco Central (BC) foram autorizados a realizar concursos públicos para a contratação de servidores. Para a Receita, serão 146 vagas; e para o BC, 170. A portaria nº 5.505 do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) distribui as 146 vagas da Receita entre os cargos de Analista Tributário (116 vagas) e Auditor Fiscal (30 vagas). Para o BC a portaria MGI autoriza a abertura de vagas de níveis intermediário e superior.

AUDIÊNCIA DO USTR

Amcham: taxas podem elevar custo para empresas dos EUA

JULIA MACIEL/AE

Em audiência promovida pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR), a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AmCham Brasil) argumentou que a proposta de aplicar sobretaxas de até 25% sobre determinados produtos brasileiros deve elevar custos para a indústria e os consumidores norte-americanos.

A entidade, que representa

cerca de 3,5 mil empresas, afirmou ainda, por meio de nota, que taxas adicionais podem "desviar o comércio em favor de concorrentes asiáticos, ampliar o déficit comercial dos Estados Unidos com esses países e enfraquecer a influência econômica e comercial norte-americana no Brasil".

De acordo com o comunicado, as importações norte-americanas do Brasil são concentradas em insumos industriais, bens intermediários, compo-

mentos de máquinas, químicos, produtos de energia, metais e minerais.

O texto da Amcham aponta que o Brasil representa mais de 20% do total importado pelos EUA em cerca de 40% das categorias de produtos não isentos de sobretaxas, incluindo itens como gorduras e óleos animais, produtos de madeira, tabaco, obras de pedra e gesso, celulose e papel, além de preparações alimentícias.

A organização listou áreas em

que os dois governos podem alcançar progressos por meio de negociações, citando o acesso a mercados para insumos industriais, cooperação regulatória nos setores automotivo e de saúde, comércio digital e proteção à propriedade intelectual.

O documento cita ainda a oportunidade de parceria estratégica em minerais críticos no Hemisfério Ocidental, além de cooperação em segurança energética para combustíveis tradicionais e renováveis.

AÉREA

Latam incorpora 13 aeronaves no semestre e prevê frota de 410 aviões

ELISA CALMON/AE

O Grupo Latam incorporou 13 aeronaves no primeiro semestre e prevê receber outras 28 até o fim do ano. Com isso, a companhia estima encerrar 2026 com mais de 40 novos aviões incorporados, totalizando uma frota de 410 aeronaves.

Dos 13 aviões recebidos entre janeiro e junho, nove foram destinados à operação brasileira: cinco Airbus A320neo e quatro Airbus A321neo. No total, o gru-

po incorporou sete Airbus A320neo, quatro Airbus A321neo e dois Boeing 787-9.

Segundo a companhia, as entregas previstas para o segundo semestre incluem Airbus A320neo, Airbus A321neo e Boeing 787-9. A Latam também espera receber os primeiros Embraer E190-E2, que serão utilizados na operação doméstica brasileira.

A renovação da frota é um dos principais investimentos da companhia para sustentar o

crescimento da operação, segundo o vice-presidente de Frota e Projetos do Grupo Latam, Sebastián Acuto. "A América do Sul tem mercados domésticos com enorme potencial de desenvolvimento, e contar com uma frota mais flexível e variada nos permite chegar a esses mercados com o alcance necessário", afirmou.

A empresa informou ainda que pretende continuar a renovação da frota em 2027, quando está prevista a entrada

em operação do primeiro Airbus A321XLR do grupo. Até o fim da década, a Latam projeta incorporar até 130 aeronaves adicionais.

Com isso, mais de 50% da frota será composta por modelos de última geração até 2030. Essas aeronaves permitem reduzir entre 20% e 25% as emissões de CO2 em comparação com gerações anteriores, segundo dados dos fabricantes, além de otimizar o consumo de combustível.

TECNOLOGIA

TIM entra no mercado de streaming com plataforma própria, a TIM Play

CIRCE BONATELLI/AE

A TIM entrou no mercado de streaming, com o lançamento da plataforma própria chamada TIM Play, com pacotes que reúnem canais ao vivo, filmes e séries e contratação avulsa de streaming de vídeo e música.

Por ora, a iniciativa está sendo comunicada em pontos de venda selecionados e em ações de marketing direto, como parte de uma fase inicial de teste da

nova oferta.

O lançamento faz parte de uma estratégia amplamente difundida entre as operadoras de telecomunicações, que é a oferta de serviços digitais para entreter os consumidores e aumentar a fidelidade - isto é, evitar a troca de companhia.

Neste primeiro momento, estão disponíveis três opções de pacotes: o Standard, por R\$ 9,90 mensais, com biblioteca de filmes, séries e conteúdos sob de-

manda; o Advanced, por R\$ 29,90 mensais, com canais abertos como Globo, Record, SBT e Band, além de catálogo de filmes e séries; e o Premium, por R\$ 89,90 mensais, com canais abertos e fechados em um portfólio mais amplo de conteúdos, incluindo esportes e entretenimento.

Os clientes também podem alugar filmes e contratar serviços de streaming de forma avulsa, como Telecine, Première, YouTube Premium, Globoplay,

Disney+, Netflix, HBO Max e Paramount+, além de streaming de música, por meio da parceria com a Deezer.

"O TIM Play nasce a partir de uma demanda por mais simplicidade na gestão de diferentes serviços digitais. Estamos em uma fase inicial, evoluindo a plataforma a partir da escuta dos clientes para atender de forma ainda mais objetiva às demandas", afirma o diretor de Marketing da TIM, Thompson Gomes.

BC/Focus

Mercado financeiro reduz projeção da inflação deste ano para 5,30%

FABIOLA SINIMBÚ/ABRASIL

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) projetado pelo mercado financeiro para este ano foi reduzido para 5,30%, segundo o boletim Focus divulgado ontem pelo Banco Central (BC). Na última semana, a estimativa era de 5,33%.

O índice, que é referência oficial da inflação no país, foi reduzido pela primeira vez após 16 semanas, mas o percentual permanece acima da meta que deve ser perseguida pelo BC, de 3%, com intervalo de tolerância entre 1,5%

e 4,5%, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional.

Para 2027, a projeção da inflação permanece em trajetória de aumento, passando de 4,17% para 4,18% em relação à semana anterior. As estimativas para 2028 e 2029 se mantiveram estáveis em 3,7% e 3,5%, respectivamente.

SELIC

A projeção da taxa básica de juros (Selic) para 2026 foi mantida pelos analistas em 14%, indicando que este ano haverá mais um corte sobre a atual taxa de 14,25% estabelecida pelo Comitê de Polí-

tica Monetária (Copom) do BC, no último dia 17 de junho. A próxima reunião do Copom deve ocorrer nos dias 4 e 5 de agosto.

A previsão da Selic para 2027 foi mantida em 12% ao ano, em relação à última projeção. Não houve alteração na taxa básica de juros esperada para os anos de 2028 e 2029, permanecendo as projeções da última semana em 10,5% e 10% ao ano.

PIB

A estimativa média de Produto Interno Bruto (PIB), que indica o crescimento da economia brasi-

leira, permaneceu em 1,99% para este ano. Na projeção para 2027, o indicador, que resulta da soma dos bens e serviços produzidos no país, cresceu de 1,68%, para 1,69%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro manteve a estimativa do PIB em 2% para os dois anos.

No boletim Focus desta semana, a estimativa para a cotação do dólar, em 2026, foi mantida em R\$ 5,20. Para 2027, a projeção permaneceu em R\$ 5,58 e para 2028, em R\$ 5,35. A previsão para o câmbio em 2029 ficou estável em R\$ 5,40.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

ACESSE NOSSO SITE



As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

(21) 99122-4278

(11) 2655-1899

CEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CELPAR

CNPJ Nº 02.201.787/0001-85

Assembleia Geral Extraordinária – Convocação – Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 24 de julho de 2026 em sua sede social à Rua Maria Angélica, nº 310 - parte, Jardim Botânico, às 11:00 horas, para ratificarem e ratificarem a Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2026, sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31/12/2025; b) deliberação sobre o Resultado do Exercício; e c) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 06 de julho de 2026. A Diretoria.

IFFFEM - INSTITUTO FLUMINENSE DE FOMENTO DO FUTEBOL FEMININO E EMPODERAMENTO DA MULHER

CNPJ: 08.542.400/0001-30

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária
O Presidente do IFFFFEM - Instituto Fluminense de Fomento do Futebol Feminino e Empoderamento da Mulher, no exercício de suas atribuições convoca todos os seus associados a participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 16 de julho de 2026 com primeira chamada às 7h e segunda chamada às 8h, com realização na de forma Presencial, na sede do Sistema OCB - SESCOOP/RJ, situado à Praça do Cooperativismo, 1, Centro, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20011-005, para deliberarem sobre a seguinte ordem e dia: 1- Prestação de contas; 2- Referendar a aprovação de novos sócios; 3- Aprovação de relatório de atividades e elaboração de planejamento; 4. Eleição Conselho Fiscal; 5. Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 03 de julho de 2026. Ildecir Rangel Sias - Presidente

SAMAREN ENERGIA S.A.

CNPJ 62.519.466/0001-55 - NIRE 33.214.231.892

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, EM RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO, DA SAMAREN ENERGIA S.A., REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2026

Data, Hora, Local: 19.06.2026, às 9h30, de forma exclusivamente digital. **Presença:** Dos debenturistas das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da 1ª emissão da Emissora (“**Debêntures**” e “**Debenturistas**”, respectivamente) representando 100% das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada (“**Lei 6.404**”) e nos termos da cláusula 9.2.2. do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Samaren Energia S.A., celebrado em 15.10.2025 entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário, representante dos Debenturistas (“**Agente Fiduciário**”), a Savixx Comércio Internacional S.A., CNPJ 28.477.685/0001-80, na qualidade de fiadora (“**Savixx**”) e Guilherme Picard, brasileiro, administrador, solteiro, RG 10.079.714-7, CPF 910.966.937-04, na qualidade de fiador (“**Guilherme**”) e, quando em conjunto com a Savixx, “**Fiadores**”). **Mesa:** Presidente: Fernanda Jorge Stallone Palmeiro; Secretário: Guilherme Picard. **Ordem do Dia:** (a) Discutir e deliberar sobre a satisfação dos efeitos do vencimento antecipado automático das Debêntures em razão do descumprimento do item “I” da cláusula 6.1.1. da Escritura, tendo em vista que não houve o pagamento do evento previsto para 15/05/2026, conforme cronograma de pagamento disposto no “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Samaren Energia S.A.”, firmado em 13/05/2026; (b) Discutir e deliberar sobre a não declaração de vencimento antecipado das Debêntures em razão do descumprimento do item “I” da cláusula 6.1.2. da Escritura, tendo em vista que até a presente data não houve a celebração dos aditamentos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definidos na Escritura), no prazo previsto na Assembleia Geral de Debenturista da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Samaren Energia S.A., realizada em 13.05.2026, bem como sobre a concessão de prazo adicional para a sua regularização. **Deliberações Aprovadas:** (a) Sustar os efeitos do vencimento antecipado automático das Debêntures em razão do descumprimento mencionado no item “a” da Ordem do Dia, uma vez que os valores devidos no mês de maio de 2026 foram pagos em 15/06/2026 diretamente aos Debenturistas, devidamente acrescidos dos Encargos Moratórios decorrentes do referido atraso; (b) Não declarar o vencimento antecipado das Debêntures em razão do descumprimento mencionado no item “b” da Ordem do Dia, e conceder prazo adicional de 30 dias contados desta data para a celebração dos aditamentos ao Instrumento de Alienação Fiduciária de Equipamentos e ao Instrumento de Cessão Fiduciária, sem prejuízo das obrigações da Emissora e/ou da Savixx, conforme o caso, relativas à formalização, ao registro e ao envio dos respectivos instrumentos registrados ao Agente Fiduciário, nos termos dos documentos da Emissão. Fica consignado, ainda, que as deliberações acima não prejudicam, não substituem, não compensam e não postergam os demais eventos de pagamento ordinário, nos termos do cronograma de pagamentos constante do Anexo I da Escritura, conforme alterado pelo 1º Aditamento à Escritura, os quais deverão ser pontual e integralmente pagos pela Emissora na respectiva data. **Disposições Finais:** Os termos iniciados em maiúsculas utilizados, mas não definidos nesta Ata de Assembleia, terão o significado a eles atribuído na Escritura. As deliberações objeto da presente Assembleia estão restritas apenas à Ordem do Dia e devem ser interpretadas restritivamente como mera liberalidade dos Debenturistas e, portanto, não devem ser consideradas como novação, precedente ou renúncia de quaisquer outros direitos dos Debenturistas previstos na Escritura de Emissão ou em quaisquer documentos a ela relacionados ou, ainda, impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuado na Escritura de Emissão e decorrentes da lei, sendo a sua aplicação exclusiva e restrita para o aprovado nesta Assembleia. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão, bem como todos os demais documentos da Emissão até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas. Os Debenturistas, por seus representantes aqui presentes, declaram para todos os fins e efeitos de direito, reconhecer todos os atos aqui deliberados e os riscos decorrentes das deliberações, razão pela qual os Debenturistas assumem integralmente a responsabilidade por tais atos e suas consequências, respondendo por sua validade e legalidade, mantendo a Emissora e o Agente Fiduciário integralmente indenidos de quaisquer despesas, custos ou danos que estes venham eventualmente a incorrer em decorrência dos atos praticados nos termos desta Assembleia, exceto no que tange às obrigações e ações assumidas pelo Agente Fiduciário e pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão e da legislação. O Agente Fiduciário consigna, ainda, que as deliberações desta Assembleia podem apresentar riscos mensuráveis e não mensuráveis às Debêntures, incluindo, mas não se limitando a eventuais impactos no fluxo de pagamentos, na rentabilidade esperada, no preço unitário, no valor presente, na liquidez das Debêntures. Assenta ainda, que não é responsável por verificar se a tomada de decisão pelos Debenturistas, representados por seu gestor, administrador ou procurador age com diligência, observando as respectivas orientações de seu investidor final e de seu regulamento, da sua política e da sua decisão de investimento. As Partes reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos digitais e informáticos como válida e eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-Brasil, conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, em vigor no Brasil. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 19.06.2026. Emissora: **Samaren Energia S.A.** - Guilherme Picard. **Savixx Comércio Internacional S.A.** - Guilherme Picard. **Guilherme Picard.** Agente Fiduciário: **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** - André de Oliveira Buffara. (Anexo I). **Debenturistas:** BTG Pactual Infra Debt Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - CNPJ 51.248.141/0001-69; BTG Pactual Energy Opportunities Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - CNPJ 53.468.219/0001-86; Neste ato representados por sua gestora BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários CNPJ 29.650.082/0001-00. **BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** - Fernanda Jorge Stallone Palmeiro e Reinaldo Garcia Adão.

SAMAREN ENERGIA S.A.

CNPJ 62.519.466/0001-55 - NIRE 33.214.231.892

Ata da Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, Realizada em 13.05.2026

Data, Hora, Local: 13.05.2026, às 10 horas, de forma exclusivamente digital, considerada como realizada na sede da **Samaren Energia S.A. (“Emissora”).** **Convocação:** Dispensada a convocação por edital, em razão da presença dos debenturistas das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da 1ª emissão da Emissora (“**Debêntures**” e “**Debenturistas**”, respectivamente) representando 100% das Debêntures em Circulação, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“**Lei 6.404**”) e nos termos da cláusula 9.2.2. do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da Samaren Energia S.A., celebrado em 15.10.2025 (“**Escritura**”) entre a Emissora, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., CNPJ 36.113.876/0004-34, na qualidade de agente fiduciário, representante dos Debenturistas (“**Agente Fiduciário**”), a Savixx Comércio Internacional S.A., CNPJ 28.477.685/0001-80, na qualidade de fiadora (“**Savixx**”) e Guilherme Picard, brasileiro, administrador, solteiro, RG 10.079.714-7, CPF 910.966.937-04, na qualidade de fiador (“**Guilherme**”) e, quando em conjunto com a Savixx, “**Fiadores**”). **Presença:** (i) os Debenturistas, representando 100% das Debêntures em Circulação; (ii) representantes da Emissora e da Savixx; (iii) representantes do Agente Fiduciário; e (iv) Guilherme. **Mesa:** Presidente: Fernanda Jorge Stallone Palmeiro; Secretário: Guilherme Picard. **Ordem do Dia:** (a) Discutir e deliberar sobre a declaração ou não do vencimento antecipado das Debêntures em razão do descumprimento do item “xii” e “xiii” da cláusula 6.1.2. da Escritura, tendo em vista que em 28.01.2026 a Savixx celebrou o Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia e Gestão de Obra (Turnkey de Retomada), constante no Anexo III desta ata, com a On-Grid Negócios Ltda., CNPJ 55.370.355/0001-64 (“**Novo Contrato de Empreitada**”) e “**On-Grid**”, respectivamente) e rescindiu o instrumento **Termos e Condições Gerais de Empreitada Parcial**, celebrado entre a Savixx e a Jacminas Empreendimentos Ltda., CNPJ 27.626.787/0001-58 em 04.07.2024 (“**Contrato de Empreitada Jacminas**”), sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas; (b) Tendo em vista a celebração do Novo Contrato de Empreitada, discutir e deliberar sobre a celebração de aditamento ao “**Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças**”, celebrado entre a Emissora, a Savixx, a Savixx Energia, consórcio, com sede no Rio de Janeiro/RJ, CNPJ 42.762.789/0001-68, JUCERJA-NIRE 33.500.038.101 (“**Consórcio**”) e o Agente Fiduciário em 24.10.2025 (“**Instrumento de Cessão Fiduciária**”), com o objetivo de incluir o Novo Contrato de Empreitada no Anexo II – C do Instrumento de Cessão Fiduciária como um dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Instrumento de Cessão Fiduciária); (c) Discutir e deliberar sobre a celebração de aditamento ao “**Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia e Outras Avenças**”, celebrado entre a Savixx, a Emissora e o Agente Fiduciário em 24.10.2025 (“**Instrumento de Alienação Fiduciária de Equipamentos**”), com o objetivo de incluir Equipamentos Adicionais (conforme definido no Instrumento de Alienação Fiduciária de Equipamentos) no seu Anexo I; (d) Discutir e deliberar sobre a alteração do cronograma de pagamentos da remuneração das Debêntures previsto no Anexo I da Escritura, para que passe a vigorar na forma do Anexo II desta ata (“**Alteração do Cronograma de Pagamentos da Remuneração**”); e (e) Discutir e deliberar sobre a celebração de aditamento à Escritura, com o objetivo de refletir a Alteração do Cronograma de Pagamentos da Remuneração no seu Anexo I. **Deliberações Aprovadas:** (a) Não declarar o vencimento antecipado das Debêntures em razão da celebração do Novo Contrato de Empreitada e da rescisão do Contrato de Empreitada Jacminas; (f) Aprovar a celebração do aditamento ao Instrumento de Cessão Fiduciária, com o objetivo de incluir o Novo Contrato de Empreitada no Anexo II – C do Instrumento de Cessão Fiduciária como um dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente (conforme definido no Instrumento de Cessão Fiduciária), devendo o referido aditamento ser celebrado em até 5 dias úteis contados da data desta Assembleia; (g) Aprovar a celebração do aditamento ao Instrumento de Alienação Fiduciária de Equipamentos, com o objetivo de incluir Equipamentos Adicionais (conforme definido no Instrumento de Alienação Fiduciária de Equipamentos) no seu Anexo I, devendo referido aditamento ser celebrado em até 5 dias úteis contados da data desta Assembleia, observado que os documentos da Emissão e/ou da Savixx, conforme aplicável, permanecerão integralmente responsáveis pela veracidade, suficiência, completeza, regularidade e atualização das informações, descrições, valores e documentos relativos aos Equipamentos Adicionais; e (h) Aprovar a celebração de aditamento à Escritura, com o objetivo de refletir a Alteração do Cronograma de Pagamentos da Remuneração no seu Anexo I, para que passe a vigorar na forma do Anexo II desta Assembleia, devendo referido aditamento ser celebrado em até 5 dias úteis contados da data desta Assembleia. **Disposições Finais:** Os termos iniciados em maiúsculas utilizados, mas não definidos nesta Ata de Assembleia, terão o significado a eles atribuído na Escritura. As deliberações objeto da presente Assembleia estão restritas apenas à Ordem do Dia e devem ser interpretadas restritivamente como mera liberalidade dos Debenturistas e, portanto, não devem ser consideradas como novação, precedente ou renúncia de quaisquer outros direitos dos Debenturistas previstos na Escritura de Emissão ou em quaisquer documentos a ela relacionados ou, ainda, impedir, restringir e/ou limitar o exercício, pelos Debenturistas, de qualquer direito, obrigação, recurso, poder ou privilégio pactuado na Escritura de Emissão e decorrentes da lei, sendo a sua aplicação exclusiva e restrita para o aprovado nesta Assembleia. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão, bem como todos os demais documentos da Emissão até o integral cumprimento da totalidade das obrigações ali previstas. Os Debenturistas, por seus representantes aqui presentes, declaram para todos os fins e efeitos de direito, reconhecer todos os atos aqui deliberados e os riscos decorrentes das deliberações, razão pela qual os Debenturistas assumem integralmente a responsabilidade por tais atos e suas consequências, respondendo por sua validade e legalidade, mantendo a Emissora e o Agente Fiduciário integralmente indenidos de quaisquer despesas, custos ou danos que estes venham eventualmente a incorrer em decorrência dos atos praticados nos termos desta Assembleia, exceto no que tange às obrigações e ações assumidas pelo Agente Fiduciário e pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão e da legislação. O Agente Fiduciário consigna, ainda, que as deliberações desta Assembleia podem apresentar riscos mensuráveis e não mensuráveis às Debêntures, incluindo, mas não se limitando a eventuais impactos no fluxo de pagamentos, na rentabilidade esperada, no preço unitário, no valor presente, na liquidez das Debêntures, na suficiência e/ou exequibilidade das garantias e na implementação operacional das alterações aprovadas, em razão da Alteração do Cronograma de Pagamentos da Remuneração, da inclusão do Novo Contrato de Empreitada como Direito Creditório Cedido Fiduciariamente e da inclusão dos Equipamentos Adicionais no escopo da Alienação Fiduciária de Equipamentos. Assenta ainda, que não é responsável por verificar se a tomada de decisão pelos Debenturistas, representados por seu gestor, administrador ou procurador age com diligência, observando as respectivas orientações de seu investidor final e de seu regulamento, da sua política e da sua decisão de investimento. As Partes reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos digitais e informáticos como válida e eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação fora dos padrões ICP-Brasil, conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001, em vigor no Brasil. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 13.05.2026. Emissora: **Samaren Energia S.A.**, **Savixx Comércio Internacional S.A.**, **Guilherme Picard.** Agente Fiduciário: **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** - André de Oliveira Buffara. (Anexo I). **Debenturistas:** BTG Pactual Infra Debt Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - CNPJ 51.248.141/0001-69; BTG Pactual Energy Opportunities Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura - CNPJ 53.468.219/0001-86; Neste ato representados por sua gestora BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários - CNPJ 29.650.082/0001-00. **BTG Pactual Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** - Fernanda Jorge Stallone Palmeiro, Reinaldo Garcia Adão.

AUDIÊNCIA

Rodoviários e empresários não chegam a acordo

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

Terminou sem acordo mais uma audiência de conciliação entre o sindicato dos donos de empresas do município do Rio de Janeiro, a Rio Ônibus, e os empregados do transporte rodoviário ontem, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1). As negociações terão continuidade amanhã, às 11h, a fim de que, até lá, as partes avaliem as propostas que foram discutidas.

Os empresários aumentaram a proposta inicial de pagamento do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,39% para 4,5%.

A pedido do TRT-1 e do Ministério Público do Trabalho (MPT) os patrões devem apresentar uma nova proposta que chegue a pelo menos 5%, já concedida aos rodoviários de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

O presidente do Rio Ônibus, José Gouvea, disse que terá de realizar nesta terça-feira uma nova reunião com os donos de empresas para decidir se há

condições de subir o reajuste pedido pelo TRT e o MPT.

Segundo ele, as empresas apresentam uma situação frágil e a receita atual é menor do que a de 2023.

O presidente do Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro, Sebastião José, disse que os patrões devem melhorar a proposta na nova audiência de conciliação.

Ele informou que os rodoviários fazem nova assembleia nesta terça-feira, às 16h, na sede do sindicato, e podem decidir por uma nova paralisação.

A categoria suspendeu temporariamente a greve na quinta-feira passada para que os patrões melhorassem a proposta inicial de reajuste.

Os ônibus urbanos da cidade do Rio de Janeiro transportam por mês 32 milhões de usuários.

GREVE

No dia 27 de junho, o Sindicato dos Rodoviários do Rio de Janeiro ajuizou o dissídio coletivo de greve e de natureza econômica. Na mesma data, o TRT concedeu liminar autorizando o

início da paralisação, considerando a greve legal e determinando a manutenção de, no mínimo, 50% da frota operacional em cada linha e itinerário, sob pena de multa de R\$ 50 mil em caso de descumprimento da medida. Os rodoviários iniciaram a greve no dia 29.

No mesmo dia, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, acolheu pedido do município do Rio de Janeiro e determinou a ampliação do percentual mínimo da frota em circulação de 50% para 80%, por linha, itinerário e faixa horária, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

Entre as principais reivindicações da categoria estão reajuste salarial, valorização dos pisos remuneratórios, ampliação de benefícios e o pagamento do intervalo para refeição como hora extraordinária.

Já foram realizadas três audiências de conciliação, mas até agora não se chegou a um acordo sobre o reajuste dos rodoviários do Rio.

UIA

Rio será sede de fórum dos arquitetos em 2028

A cidade do Rio de Janeiro foi escolhida no domingo passado para ser a sede do 5º Fórum Internacional da União Internacional dos Arquitetos (UIA), em 2028. A aclamação carioca ocorreu no Disseny Hub de Barcelona, na Espanha, após a apresentação de uma campanha que propôs um debate global sobre arquitetura, urbanismo e turismo sustentáveis, sob a liderança do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), com apoio da Prefeitura do Rio.

“A escolha do Rio para ser a sede do Fórum Internacional da UIA é motivo de grande orgulho e confirma seu protagonismo nas discussões sobre o futuro dos grandes centros urbanos. O Rio convive diariamente com desafios urbanos complexos,

mas também desenvolve soluções inovadoras que vêm se tornando referência em áreas como preservação do patrimônio, sustentabilidade e adaptação às mudanças climáticas. Receber esse importante encontro em 2028 será uma oportunidade única para compartilhar essas experiências com especialistas de todo o mundo, fortalecer parcerias e mostrar, na prática, que estamos cada vez mais preparados para liderar debates e construir respostas para os desafios do presente e do futuro”, celebrou o prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere.

A conquista representou um importante passo para a cidade carioca receber o título inédito de Capital Mundial do Turismo Sustentável concedido pela UNESCO - UIA. Com o lema “Uma cidade. Muitos mundos”, a candidatura contou com o apoio institucional do Governo Federal, por meio dos Ministérios das Relações Exteriores e da Cultura, além da Embratur; da Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro; das principais entidades nacionais de arquitetura e urbanismo; assim como organismos e instituições de referência internacional, como ONU-Habitat, DOCOMOMO Internacional, ICOMOS Internacional, Instituto Burtel Marx e Fundação Oscar Niemeyer.

“O Rio se oferece como um

campo de prática e reflexão, onde desafios globais, como as mudanças climáticas, a preservação da memória, a diversidade cultural e o desenvolvimento urbano, são enfrentados cotidianamente e transformados em oportunidades de aprendizado e intercâmbio internacional”, afirmou o presidente do IAB, Odilo Almeida.

Pela primeira vez, o Fórum Internacional da UIA será realizado nas Américas, reunindo profissionais, pesquisadores, estudantes, gestores públicos e o trade do turismo mundial. A expectativa do IAB é que o evento atraia mais de cinco mil participantes diretos, além de outros milhares que poderão participar das atividades abertas ao público gratuitamente.

“Propomos utilizar nosso território para demonstrar como políticas urbanas equilibradas podem conciliar desenvolvimento turístico e econômico com a preservação do patrimônio e do meio ambiente”, afirmou a presidente do IAB RJ, Marcela Abla.

A presidente do IAB RJ ainda ressaltou que o fórum será uma oportunidade de compartilhar com a comunidade internacional uma experiência urbana real, complexa e transformadora, na qual arquitetura, paisagem, memória, turismo e clima se entrelaçam como um projeto para o futuro

Nota

PREFEITURA REALIZA OBRAS NO MORRO DO ADEUS PARA MELHORAR A MOBILIDADE DE PEDESTRES

A Prefeitura do Rio está realizando obras de infraestrutura urbana em três pontos importantes do Morro do Adeus, no Complexo do Alemão, para tornar a circulação de pedestres mais segura, melhorar a mobilidade e reduzir o risco de acidentes para quem mora ou passa pelos locais. Os serviços são executados pela Secretaria Municipal de Habitação, com acompanhamento da Subprefeitura dos Grandes Complexos. As obras contemplam a pavimentação e recuperação das estruturas de sustentação da escadaria, implantação de calçadas, instalação de guarda-corpos e melhorias na drenagem, beneficiando os moradores que utilizam diariamente esses acessos. “As melhorias urbanas garantem mais segurança, acessibilidade e qualidade de vida para os moradores. São intervenções que tornam o deslocamento mais seguro para crianças, idosos e trabalhadores”, destaca o secretário municipal de Habitação, Claudio Dutra. Os trabalhos se concentram nas Rua Arapá, Engenheiro Manoel Segurado e Aquiri. A subprefeitura dos Grandes Complexos e presidente do Conselho Municipal de Favelas, Marlí Peçanha, ressalta que as intervenções são resultado do trabalho permanente de escuta com a população. “Quem vive no território conhece de perto os desafios do dia a dia. Por isso, a presença da prefeitura e o diálogo permanente com os moradores são fundamentais para transformar as demandas em obras que facilitam e protegem a vida de quem desloca por esses caminhos.

CRIME ORGANIZADO

TJ cria base para fortalecer investigações contra o PCC

FELIPE DE PAULA, MARCELO GODOY E FAUSTO MACEDO/AE

O avanço do Primeiro Comando da Capital (PCC) e seus tentáculos na economia formal, setor de serviços e também em repartições da administração pública levou o Tribunal de Justiça de São Paulo a instalar uma base especializada em ações contra organizações criminosas.

A nova estrutura transforma as atuais 1ª e 2ª Varas de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital em 1ª e 2ª Varas Estaduais de Organizações Criminosas e Lavagem de Bens, Direitos e Valores.

Também serão instaladas a 3ª Vara Estadual da mesma especialidade e uma Vara Estadual das Garantias, voltada exclusivamente à fase investigativa desses delitos, além da Vara Estadual Especializada em Crimes contra a Ordem Tributária e Econômica e Crimes em Licitações e Contratos Administrativos.

O rearranjo integra projeto de gestão do desembargador Francisco Eduardo Loureiro, presidente do maior Tribunal de Justiça do País, que aloja 358 desembargadores e dois mil juízes, além de 40 mil servidores em todo o Estado. Magistrados têm sido ameaçados com frequência por agentes do crime

organizado.

A meta de Loureiro é fortalecer a especialização judicial e a capacidade de resposta do Judiciário diante do aumento do número de processos envolvendo organizações criminosas, marcados pela alta complexidade, múltiplos réus, operações financeiras sofisticadas e investigações de grande porte.

A iniciativa do desembargador também está alinhada às discussões conduzidas nacionalmente pelo Conselho Nacional de Justiça sobre a expansão dessa especialização judicial. Em 2026 já foram criados a Rede Nacional de Magistrados com Competência em Criminalidade Organizada e o Painel Nacional do Crime Organizado, voltados ao robustecimento dos tribunais e ao monitoramento de processos relacionados a facções e milícias.

Atualmente, pelo menos 2.885 ações penais e inquéritos envolvendo crime organizado e lavagem de bens tramitam na Capital.

A opção pela competência estadual busca evitar a fragmentação das investigações em diferentes comarcas e concentrar os processos em unidades capazes de desenvolver expertise, informou o tribunal.

A escolha de instalação na Capital leva em consideração a estrutura já existente e a experiência acumulada pela Corte

paulista desde 2019 nas varas especializadas.

A criação da Vara Estadual das Garantias especializada representa um dos pilares da nova estrutura, assinala o tribunal, uma vez que irá propiciar agilidade na prestação jurisdicional e mais segurança jurídica a investigações criminais sensíveis e complexas, que muitas vezes exigem ação coordenada em diversas cidades e até em outros estados para o cumprimento simultâneo de medidas cautelares urgentes e sigilosas.

A instalação da Vara Estadual das Garantias especializada representa, na avaliação do desembargador Loureiro, um dos pilares da nova estrutura, uma vez que propiciará agilidade na prestação jurisdicional e mais segurança jurídica a investigações criminais sensíveis e complexas. Segundo o tribunal, esses inquéritos, muitas vezes, exigem ação coordenada em diversas cidades e até em outros estados para o cumprimento simultâneo de medidas cautelares urgentes e sigilosas.

Como é a nova estrutura 'organizações criminosas e lavagem de bens'.

As atuais 1ª e 2ª Varas de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens da Capital passam a ser a 1ª e 2ª Varas Estaduais de Organizações Criminosas e Lavagem de Bens, Direitos e Valores.

Instalação da 3ª Vara Estadual da mesma especialidade.

Instalação da Vara Estadual das Garantias, responsável exclusivamente pela fase investigativa desses delitos.

TRAMITAÇÃO

Os inquéritos e investigações já em andamento nas varas criminais, cumulativas e regionais das garantias do Estado permanecerão nos juízos onde já tramitam até o oferecimento da denúncia por parte das Promotorias do Ministério Público. A partir dessa fase, os casos serão redistribuídos para uma das varas estaduais especializadas.

As audiências de custódia continuarão sendo realizadas pelas unidades do Juízo das Garantias das respectivas localidades, mantendo a sistemática atualmente adotada no estado. Crimes contra a ordem tributária, econômica e licitações e Crimes em Licitações e Contratos Administrativos.

Instalação da Vara Estadual Especializada em Crimes contra a Ordem Tributária e Econômica Os processos atualmente em curso nas duas varas especializadas da Capital passam para a nova unidade.

Nas demais comarcas, os inquéritos permanecem nas Varas das Garantias até a denúncia. Depois, seguem para a Vara Estadual especializada.

ROPE JUMP

Testemunha diz que Evelyne Gonçalves mandou apagar vídeo

EDERSON HISING/AE

Uma testemunha ouvida na investigação sobre a morte da jovem Maria Eduarda Rodrigues de Freitas, de 21 anos, em Limeira (SP), após um salto de rope jump sem cordas, afirmou à Polícia Civil que a organizadora do evento, Evelyne dos Santos Gonçalves, de 43 anos, determinou que o vídeo gravado pela câmera fixada no braço da vítima fosse apagado. O equipamento sumiu do local da queda e ainda não foi encontrado.

De acordo com a testemunha, que prestava serviços para a organizadora no dia da morte da jovem, imediatamente após a queda, Evelyne demonstrou preocupação em recuperar a câmera usada no salto.

"Segundo ele, houve menção expressa de que seria necessário apagar o vídeo gravado, o que foi por ele recusado naquele momento em razão da prioridade no atendimento à vítima", diz trecho do depoimento que consta no relatório final do inquérito.

O rapaz contou também que, ao retornar à parte superior da ponte, a mulher reiterou a preocupação com a câmera, "bem como solicitou que fossem retirados equipamentos do local e encaminhados ao veículo, o que ele afirmou ter cumprido".

O relato sobre a câmera foi feito no terceiro depoimento do integrante da equipe - que funcionava como uma empresa, mas não era formalizada.

A investigação não conseguiu identificar quem foi o responsável por retirar uma câmera que estava acoplada ao corpo da vítima. João Antonio Pivetta Ribeiro da Silva foi preso pela suspeita de ter sumido com a câmera, mas o inquérito mostrou que não foram encontrados indícios suficientes de autoria. Em uma carta, o homem já havia negado a acusação.

Em relação a Evelyne, indicada pela morte da jovem e por fraude processual, o relatório da polícia apontou que "houve manifestação preocupada

ção da investigada com a recuperação da câmera utilizada pela vítima durante o salto, equipamento potencialmente apto a registrar a integralidade da dinâmica dos fatos". A defesa dela diz que discorda do indiciamento.

"Soma-se a isso o fato de que a própria investigada admitiu ter desativado perfil relacionado à atividade em rede social logo após os acontecimentos, circunstância que, embora isoladamente não configure ilícito penal, associada aos demais elementos colhidos, revela possível propósito de restringir o acesso a registros e informações potencialmente relevantes para a reconstrução dos fatos", afirmou a delegada Andréa Dantas Levy na conclusão do inquérito.

Conforme a investigação, ao menos três testemunhas relataram que um homem retirou a câmera que estava acoplada ao corpo da vítima. Porém, nenhuma conseguiu reconhecê-lo. Duas testemunhas disseram que se tratava de um homem de cabelo escuro e que usava uniforme da equipe responsável pela atividade.

O salto que matou a jovem aconteceu em 13 de junho. A corda que deveria estar presa ao corpo de Maria Eduarda foi esquecida no chão pela equipe organizadora. Vídeos publicados em redes sociais mostram que, assim que a jovem foi arremessada de uma altura de 40 metros, algumas pessoas que aguardavam o salto perceberam a falta do equipamento e se desesperaram. O socorro chegou a ser acionado, mas ela morreu no local.

Além da organizadora do evento, em outro inquérito, concluído em 22 de junho, também foram indiciados por homicídio com dolo eventual quando não há intenção, mas se assume o risco de matar - os três instrutores que apareceram no vídeo lançando Maria Eduarda sem cordas de cima da Ponte do Esqueleto. Os três estão presos preventivamente, ou seja, por tempo indeterminado.

Nota

COLISÃO NA CASTELO BRANCO TERMINA COM TRÊS CARBONIZADOS EM SP, INCLUINDO UMA CRIANÇA

Três pessoas morreram carbonizadas após uma colisão entre dois carros na Rodovia Castelo Branco, em Osasco, Grande São Paulo, no fim da noite de domingo passado. De acordo com o Corpo de Bombeiros, o acidente ocorreu por volta das 23h49, no km 17 da rodovia, na altura do bairro Rochdale, no sentido interior. Três viaturas foram mobilizadas para a ocorrência. As vítimas são dois adultos e uma criança, que ficaram presas às ferragens de um dos veículos, que pegou fogo após a batida. Os três morreram no local.

VIOLÊNCIA

Homem saca arma em shopping em meio a briga durante jogo do Brasil

Uma briga dentro de um restaurante do Shopping Center Norte, em São Paulo, causou pânico e correria entre clientes depois que um homem sacou uma arma em meio à confusão. O caso aconteceu na noite de domingo passado, durante o jogo do Brasil contra a Noruega pela Copa do Mundo. Ninguém se feriu.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP) de São Paulo, dois homens e uma

mulher se envolveram em uma confusão generalizada dentro da unidade do Outback no shopping. "Um dos homens usou sua arma para ameaças durante a discussão e o objeto foi apreendido", informou a pasta.

O caso foi registrado como lesão corporal, ameaça e injúria no 13º Distrito Policial, na Casa Verde, zona norte da capital paulista. Segundo a secretaria,

os envolvidos na confusão foram informados sobre o prazo para representação criminal.

Procurado pelo Estadão, o Outback afirmou que lamenta o ocorrido no domingo e repudiou "qualquer ato de violência ou ameaça dentro e fora" de seus restaurantes. "Na ocasião, houve um desentendimento entre dois clientes e a equipe do restaurante agiu imediatamente acionando os seguranças e a po-

lícia, que prestaram o apoio necessário no local, sem registro de feridos", explicou.

Em nota, o Shopping Center Norte informou que a equipe de segurança atuou imediatamente e acionou a Polícia Militar, que assumiu a condução da ocorrência. "O Shopping Center Norte permanece à disposição das autoridades e colaborará integralmente com a apuração dos fatos", afirmou.

HÁ VAGAS

Estado de São Paulo tem 13,2 mil vagas de emprego nesta semana

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs) do Governo de São Paulo oferecem 13.161 vagas de emprego. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico conta com mais de 200 unidades de atendimento espalhadas por todo o estado para auxiliar quem está em busca de emprego. Além dos PATs, os trabalhadores de São Paulo podem acessar o Trappolim, plataforma que reúne vagas de emprego e cursos de qualificação.

As dez ocupações com mais vagas oferecidas são:

- * Alimentador de linha de produção: 2.046 vagas;
- * Auxiliar de logística: 1.707 vagas;
- * Faxineiro: 800 vagas;
- * Operador de telemarketing ativo e receptivo: 383 vagas;
- * Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais): 376 vagas;
- * Servente de obras: 354 vagas;
- * Atendente de lojas e mercados: 318 vagas;
- * Auxiliar nos serviços de alimentação: 257 vagas;
- * Motorista de ônibus urbano: 229 vagas;

* Atendente de lanchonete: 225 vagas.

Os Postos de Atendimento ao Trabalhador com mais vagas são:

- * PAT Itapeverica Da Serra/sp, na região administrativa de São Paulo: 1.767 vagas;
- * PAT Barueri/sp, na região administrativa de São Paulo: 1.379 vagas;
- * PAT Santana Do Parnaíba/sp, na região administrativa de São Paulo: 1.375 vagas;
- * PAT Itapevi/sp, na região administrativa de São Paulo: 765 vagas;
- * PAT Indaiatuba/sp, na região administrativa de Campinas: 587 vagas;
- * PAT Franco Da Rocha/sp, na região administrativa de São Paulo: 479 vagas;
- * PAT Votorantim/sp, na região administrativa de Sorocaba: 324 vagas;
- * PAT Boituva/sp, na região administrativa de Sorocaba: 290 vagas;
- * PAT Itapetininga/sp, na região administrativa de Sorocaba: 282 vagas;
- * PAT Jundiá/sp, na região

administrativa de Campinas: 272 vagas.

Para usar um serviço do PAT em seu município, é necessário levar RG, CPF e Carteira de Trabalho. Os endereços podem ser conferidos neste link.

Além das vagas, os PATs oferecem atendimento e serviços gratuitos para trabalhadores, como a habilitação ao Seguro-Desemprego. É importante lembrar que as vagas podem ser preenchidas a qualquer momento e o número pode variar ao longo do dia.

A plataforma Trappolim reúne vagas de emprego e cursos de qualificação, e o candidato pode aplicar filtros para vagas de acordo com a área e com a localização de sua preferência. Além disso, também há diversos cursos de qualificação para conseguir concorrer às vagas de seu perfil.

O Trappolim é uma plataforma digital gratuita. Nela, existe uma curadoria de vagas de emprego e cursos, além de testes de habilidades e uma ferramenta para criação de currículo profissional.

Há também uma seção dedicada exclusivamente para o pú-

blico idoso que busca recolocação profissional. Por lá, o público 60+ consegue acessar microcrédito e cursos de qualificação profissional.

POSTOS

O Governo de São Paulo conta com mais de 200 Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs), presentes em todo o estado. O equipamento concentra serviços gratuitos à população, destinados à geração de emprego e renda.

Os PATs realizam a intermediação de mão de obra. O objetivo é promover a recolocação do trabalhador no mercado de trabalho por meio de buscas junto ao Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Além disso, nos PATs, o cidadão também encontra o serviço de habilitação ao seguro-desemprego. Assim, o trabalhador desempregado tem acesso à assistência financeira temporária em virtude da dispensa sem justa causa.

Para atendimento nas unidades, deve-se comparecer diretamente ao Posto mais próximo com RG, CPF e Carteira de Trabalho.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE

TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO EM SÉRIE ÚNICA DA

178ª (CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em série única, da 178ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial", em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 15 de julho de 2026, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após a devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a possibilidade do Avalista Pessoa Física, conforme definido nos documentos da operação, outorgar garantia fidejussória sob a forma de fiança no âmbito de operação de certificados de recebíveis do agronegócio, em 2 (duas) séries, com volume total de até R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), lastreados em determinados direitos creditórios do agronegócio cedidos pela Agripar Biofertilizantes do Cerrado SPE Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65.176.237/0001-73, sem que tal participação caracterize Evento de Vencimento Antecipado Não Automático no âmbito da presente Emissão, conforme disposto na cláusula 4.27.2, subitem (x) do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, em Série Única, da 178ª (Centésima Septuagésima Oitava) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos pela Agripar Biofertilizantes de São Paulo Ltda." ("Termo de Securitização"). Fica consignado que, durante o período compreendido entre a data de publicação do edital de primeira convocação e a data da aprovação da presente matéria em Assembleia, poderá ocorrer o efetivo ingresso do Avalista Pessoa Física na referida operação. Nessa hipótese, caso este item seja aprovado, será integralmente afastada a caracterização de evento de vencimento antecipado, nos termos da cláusula 4.27.2, subitem (x) do Termo de Securitização; (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fidejussor a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial - CRA AGRION, observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor; observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer dos Titulares dos CRA Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 07 de julho de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

SÃO PAULO

Convenção do PL oficializará candidatura de Flávio no dia 25

NAOMI MATSUI/AE

O PL marcou a convenção nacional para oficializar a escolha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como candidato da sigla à Presidência para 25 de julho. O evento será realizado às 10h, no Mercado Pago Hall, na Arena Pacaembu, em São Paulo. O local tem capacidade para até sete mil pessoas.

A data e local foram anunciados há pouco pelo presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, em suas redes sociais. "Nesse grande encontro, vamos homologar as nossas candidaturas à Assembleia Legislativa, à Câmara Federal, ao Senado Federal, aos governos do Estado e principalmente à Presidência da República com Flávio Bolsonaro", disse.

A declaração vem em um momento em que uma ala do bolsonarismo questiona a manutenção do nome de Flávio, após a divulgação das conversas entre o senador e o dono do Master, Daniel Vorcaro, além de atritos com a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

A escolha por realizar a convenção em São Paulo, e não em Brasília, é estratégica: o Estado conta com o maior colégio eleitoral do País e concentra parte do empresariado e do mercado financeiro.

O Broadcast Político do Grupo Estado já havia adiantado que o partido pretendia realizar a convenção ainda em julho, mesmo diante de algumas indefinições, como a data da escolha de um vice de chapa.

Pelo calendário eleitoral, as convenções partidárias devem ser realizadas de 20 de julho a 5 de agosto. Nelas, as legendas, em tese, determinam seus candidatos, incluindo vices, e coligações partidárias. Na prática, porém, os partidos podem homologar apenas o candidato titular e delegar a decisão sobre vice e sobre coligações para a Executiva Nacional. A escolha deve ser oficializada até 15 de agosto, prazo para registro das candidaturas. Isso daria mais tempo para o PL negociar a vice, após a formação das coligações partidárias.

CALÚNIA CONTRA LULA

PGR pede que inquérito contra Flávio volte à PF

HUGO HENUD/AE

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu ontem, que o inquérito contra o senador e pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) por calúnia contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) volte à Polícia Federal (PF) para que o parlamentar seja ouvido. Após a oitiva, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu nova vista dos autos para se manifestar sobre o relatório conclusivo da investigação.

INVASÃO AMERICANA

Equiparação de PCC e CV como terroristas causa 'risco de uso da força'

LEVY TELES/AE

O Ministério das Relações Exteriores do governo Lula disse, em ofício enviado à Câmara dos Deputados, que a classificação de organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho

(CV) como terroristas, feita pelo governo dos Estados Unidos, pode implicar em risco de uso da força militar americana contra o Brasil. A pasta também adicionou que a medida americana pode ter "impactos relevantes tanto no plano econômico como no da soberania nacional" e não

trará benefícios concretos para a cooperação internacional" entre os dois países no enfrentamento ao crime organizado.

"A referida classificação unilateral poderia ser invocada como justificativa para ações extraterritoriais sobre instituições brasileiras, em particular no

Moraes para investigar uma publicação feita por Flávio em 3 de janeiro, quando Nicolás Maduro foi capturado pelos Estados Unidos. Na postagem, o senador publicou uma foto do ex-presidente venezuelano e o print de uma manchete sobre a reação do governo brasileiro à captura e escreveu: "Lula será delatado. É o fim do Foro de São Paulo: tráfico internacional de drogas e armas, lavagem de dinheiro, suporte a terroristas e ditaduras, eleições fraudadas...".

Para a PF, ficou claro que Flá-

vio afirmava que a suposta delação seria feita por Maduro e associava Lula aos crimes listados na sequência da publicação. O relatório policial concluiu, por isso, que houve prática de calúnia contra o presidente da República.

A investigação teve origem em um ofício da deputada federal Dandara Tonantzin (PT-MG) encaminhado ao Ministério da Justiça, que requisitou à PF a abertura da apuração. O inquérito foi posteriormente instaurado no STF por Moraes após manifestação favorável da PGR.

DELATOR

Mauro Cid recebeu convite para lecionar em curso na Espanha

RAISA TOLEDO/AE

O tenente-coronel da reserva Mauro Cid recebeu um convite para atuar como professor visitante em um curso sobre defesa e segurança na Espanha. A informação foi publicada pela CNN Brasil e confirmada pelo Estadão junto à defesa do ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Condenado no processo da tentativa de golpe de Estado após as eleições de 2022 e delator da trama julgada pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), ele aguarda uma decisão da Corte sobre o reconhecimento de que já cumpriu integralmente a pena fixada em seu acordo de colaboração premiada. Ele foi condenado a dois anos em regime aberto.

A defesa contesta decisão em que o ministro Alexandre de Moraes, relator, rejeitou contabilizar na execução penal o período em que Cid cumpriu medidas cautelares, tais como o recolhimento domiciliar à noite e o monitoramento por tornozeleira eletrônica.

Segundo os advogados, Cid enfrenta restrições à liberdade desde maio de 2023, por perio-

do de mais de dois anos e cinco meses, e as medidas produziram efeitos equivalentes ao cumprimento de pena.

O recurso cita como argumento entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Tema 1.155, de que o período de recolhimento domiciliar obrigatório noturno e em dias de folga deve ser descontado do tempo total da pena privativa de liberdade ou medida de segurança a ser cumprida, por comprometer a liberdade do acusado.

No mês passado, Moraes pediu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre pedido de Mauro Cid para reconhecer a pena como cumprida.

Mauro Cid é doutor em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior (Eceme), mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro e bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Também tem especialização em Guerra Irregular e Ações de Comandos pelo Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

DELEGAÇÃO

Janja recebe sauditas para discutir combate à pobreza energética

GUILHERME MATOS/AE

A primeira-dama Janja da Silva recebeu ontem, uma delegação do Ministério da Energia da Arábia Saudita. Eles estão no Brasil em missão de cooperação com o Ministério de Minas e Energia para discutir a ampliação do acesso à energia limpa e o combate à pobreza energética.

Segundo a primeira-dama, o encontro tratou da importância da cooperação entre os dois países. Janja disse ter compartilhado iniciativas de-

envolvidas pelo Brasil, como as cozinhas comunitárias sustentáveis. A conversa também abordou segurança alimentar, empoderamento feminino e dignidade.

"A pobreza energética é um desafio global e só será superada com diálogo, troca de experiências e compromisso coletivo para construir soluções que transformem a vida das pessoas", afirmou Janja em publicação no Instagram.

Também participaram do encontro representantes da iniciativa Forward7.

ESPECIAIS



PEXELS

do de mais de dois anos e cinco meses, e as medidas produziram efeitos equivalentes ao cumprimento de pena.

O recurso cita como argumento entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Tema 1.155, de que o período de recolhimento domiciliar obrigatório noturno e em dias de folga deve ser descontado do tempo total da pena privativa de liberdade ou medida de segurança a ser cumprida, por comprometer a liberdade do acusado.

No mês passado, Moraes pediu manifestação da Procuradoria-Geral da República (PGR) sobre pedido de Mauro Cid para reconhecer a pena como cumprida.

Mauro Cid é doutor em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior (Eceme), mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro e bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (Aman). Também tem especialização em Guerra Irregular e Ações de Comandos pelo Centro de Instrução de Operações Especiais do Exército Brasileiro.

O boletim também mostra que os produtos de acumulação registraram saldo positivo de R\$ 5,22 bilhões entre contribuições e pagamentos de benefícios e resgates, enquanto o mercado de resseguros recebeu R\$ 9,79 bilhões em prêmios cedidos pelas seguradoras no período. Outro dado apontado pela autarquia é o aumento da participação das resseguradoras brasileiras em operações internacionais, com R\$ 478,35 milhões em riscos aceitos do exterior até março deste ano.

ESPECIAL

Seguros de pessoas e danos mantém crescimento em 2026, com avanço do seguro de vida e do ramo automóvel

POR REDAÇÃO

O mercado brasileiro de seguros de pessoas e danos registrou crescimento nos primeiros quatro meses de 2026, impulsionado principalmente pelo avanço dos seguros de vida e automóvel. Dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) mostram que esses segmentos arrecadaram R\$ 74,8 bilhões entre janeiro e abril, alta nominal de 6,13% em relação ao mesmo período de 2025, indicando continuidade da expansão observada nos últimos anos.

Segundo o Boletim Susep de abril de 2026, o seguro de vida apresentou um dos desempenhos mais expressivos do período, com crescimento nominal de 10,69% e expansão real de 6,24% na comparação anual. Já o seguro automóvel movimentou R\$ 20,26 bilhões em prêmios, avanço nominal de 6,55% sobre os quatro primeiros meses do ano anterior. Os números reforçam o peso desses dois ramos na arrecadação do mercado segurador brasileiro. Ao todo, o setor supervisionado pela autarquia arrecadou R\$ 139,59 bilhões até abril, enquanto indenizações, benefícios, resgates e sorteios pagos à sociedade somaram R\$ 84,31 bilhões. Embora a arrecadação total tenha apresentado leve recuo nominal de 0,8%, influenciada pelo desempenho dos produtos de acumulação, os segmentos de seguros de pessoas e danos seguiram em trajetória de crescimento. (Fonte: Susep).

O boletim também mostra que os produtos de acumulação registraram saldo positivo de R\$ 5,22 bilhões entre contribuições e pagamentos de benefícios e resgates, enquanto o mercado de resseguros recebeu R\$ 9,79 bilhões em prêmios cedidos pelas seguradoras no período. Outro dado apontado pela autarquia é o aumento da participação das resseguradoras brasileiras em operações internacionais, com R\$ 478,35 milhões em riscos aceitos do exterior até março deste ano.

Seguro de vida ganha espaço entre famílias e empresas

O avanço dos seguros de pessoas acompanha mudanças no perfil da demanda por proteção financeira. Nos últimos anos, consumidores passaram a contratar coberturas que vão além da proteção em caso de morte, incluindo invalidez, doenças graves, diárias por incapacidade temporária e assistência familiar. Ao mesmo tempo, empresas ampliaram a oferta do benefício aos empregados como estratégia de gestão de riscos e retenção de talentos.

Para o superintendente da Susep, **Alessandro Octaviani**, o fortalecimento do mercado demonstra a importância econômica e social do setor. Em nota divulgada com o boletim, ele afirmou que o desempenho dos seguros de pessoas e danos evidencia a capacidade do mercado de ampliar mecanismos de proteção para famílias, empresas e atividades econômicas, mesmo em um cenário de mudanças no ambiente financeiro.

Na avaliação do presidente da Confederação Nacional das Seguradoras, Dyogo Oliveira, o crescimento da demanda por seguros está relacionado ao aumento da percepção sobre a importância da proteção patrimonial e financeira. Em manifestações públicas da entidade, o executivo tem destacado que o seguro deixou de ser visto apenas como instrumento de reposição de perdas e passou a integrar o planejamento financeiro de famílias e empresas, contribuindo para a estabilidade econômica e para a redução dos impactos provocados por eventos inesperados.

Os números da Susep mostram ainda diferenças entre os diversos ramos de danos. Enquanto o seguro automóvel manteve crescimento consistente, segmentos como seguros financeiros, habitacionais, patrimoniais e fiança locatícia também registraram expansão acima da média. Em contrapartida, algumas modalidades ligadas ao transporte e riscos especiais apresentaram retração no acumulado até abril, refletindo comportamentos distintos entre setores da economia.

Especialistas avaliam que a continuidade do crescimento dependerá da evolução da atividade econômica, da renda das famílias e da ampliação da oferta de produtos adaptados às necessidades dos consumidores. Ainda assim, os dados do primeiro trimestre indicam que os seguros de pessoas e danos seguem entre os principais motores da indústria seguradora brasileira em 2026, consolidando a participação do setor como instrumento de proteção financeira para pessoas físicas, empresas e atividades produtivas.

PINDURICALHOS

Tribunais têm 48h para explicarem pagamentos

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu ontem prazo de 48 horas para que os presidentes de sete tribunais locais expliquem pagamentos a magistrados acima do limite estipulado pela Corte.

A decisão sobre o pagamento de penduricalhos abrange o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e mais seis tribunais estaduais: Goiás, Maranhão, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rondônia.

O ministro alertou que em caso de descumprimento da ordem, os presidentes das cortes ficam sujeitos a "imediato afastamento do cargo de direção e responsabilidade penal".

Moraes citou reportagem publicada ontem pelo jornal Folha de S. Paulo, segundo a qual esses tribunais realizaram pagamentos acima dos parâmetros estabelecidos em março pelo plenário do Supremo. Em al-

guns casos, os valores pagos ultrapassaram os R\$ 200 mil, sendo o maior valor de mais de R\$ 495 mil, segundo a publicação.

Em 25 de março, o Supremo determinou que os pagamentos a magistrados não poderiam ultrapassar, em nenhuma hipótese, os R\$ 78,8 mil por mês, somando-se salário e apenas algumas verbas indenizatórias autorizadas pelos ministros, como diárias e ajuda de custos em caso de promoção, por exemplo.

A ordem do plenário foi para que os pagamentos nunca ultrapassassem os 35% do vencimento regular do magistrado.

Questionados sobre os pagamentos irregulares, os tribunais justificaram os repasses tendo como base uma resolução aprovada por unanimidade pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que prevê o pagamento de verbas indenizatórias adicionais.

A decisão de Moraes foi tomada no recurso extraordinário com repercussão geral em que o Supremo julga quais pagamentos a juizes são constitucionais ou não.

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



PORTE CASSADO

Moraes manda Exército entregar armas em nome de Bolsonaro

FELIPE PONTES/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou ontem que o comando do Exército entregue em até 48 horas à Polícia Federal todas as armas pertencentes ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

A ordem foi proferida após a defesa ter informado ao Supremo que 8 das 11 armas registradas em nome de Bolsonaro

estão sob posse do Exército. Outras duas já se encontram com a PF, de acordo com os advogados.

A 11ª foi apreendida em uma blitz, no mês passado, com um dos seguranças de Bolsonaro. O militar do Exército Estácio Leite da Silva Filho alegou que o armamento seria levado para conserto.

Na última sexta-feira, Moraes mandou revogar o registro de colecionador, atirador des-

portivo e caçador (CAC) de Bolsonaro.

Apesar de a Polícia Civil do Distrito Federal não ter indiciado o ex-presidente, por entender que a arma está legalizada e que Bolsonaro não cometeu nenhum crime, o ministro decidiu que as armas devem ser apreendidas.

A determinação foi feita na mesma decisão em que Moraes manteve Bolsonaro em prisão domiciliar humanitária. O mi-

nistro entendeu inexistir "falta grave" no episódio da arma apreendida que pudesse justificar eventual retorno ao regime fechado.

No ano passado, Bolsonaro foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão no processo da trama golpista. Em seguida, após passar por uma cirurgia, ele ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar temporária por 90 dias. O ex-presidente se recupera de uma pneumonia bacteriana.

FORAGIDO NOS EUA

Ramagem diz que extradição dele para o Brasil 'não acontecerá'

RAISA TOLEDO/AE

Condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no processo da trama golpista e foragido da Justiça brasileira, o deputado federal cassado e expulso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem afirmou no domingo passado, que uma eventual extradição sua para o Brasil "não vai acontecer".

Ramagem também acusou o Brasil de tentar removê-lo dos Estados Unidos, para onde fugiu, de forma irregular. "Como eles sabem que a extradição não vai acontecer, porque sabem que é uma farsa, eles tentaram me deportar clandestinamente", afirmou à CNN Brasil no Estádio de Nova York/Nova Jersey, pouco antes da partida entre Brasil e Noruega.

O ex-diretor da Abin relacionou as possibilidades de seu retorno ao Brasil a uma eventual vitória do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência. "Com essa luta, vamos virar 2027, Flávio Bolsonaro, e a gente volta pro Brasil", declarou. Ele disse que aguarda a análise de seu pedido de asilo político pelo governo dos EUA.

Ramagem foi condenado a 16 anos, um mês e 15 dias de prisão em regime inicial fechado por sua participação na trama golpista liderada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Ele foi enquadrado nos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito e golpe de Estado.

Segundo a acusação da Procuradoria-Geral da República (PGR), ele "preparou a narrativa difundida" por Bolsonaro sobre fraude nas urnas

eletrônicas e comandou "espionagens ilegais baseadas em interesses particulares" do então presidente, "em flagrante desvio da estrutura brasileira de inteligência". O Ministério Público o aponta como o principal artífice da retórica difundida por Bolsonaro de ataque às urnas e às instituições.

Mesmo proibido de deixar o País, ele saiu do Brasil em setembro do ano passado e teria viajado até Boa Vista (RR) e seguido por terra até a fronteira com a Venezuela ou a Guiana antes de embarcar para os EUA.

Em abril deste ano, o ex-diretor da Abin foi detido pelo Serviço de Imigração e Controle de Aduanas (ICE) dos EUA em Orlando após ser abordado em uma infração de trânsito, por estar em situação migratória irregular. Dois dias depois, foi colocado em liberdade sem pagamento de fiança.

O episódio resultou no afastamento do cargo do delegado Marcelo Ivo, que atuava como oficial de ligação da Polícia Federal em Miami. Os EUA determinaram sua saída do País alegando de que ele tentou "manipular" o sistema de imigração, "contornar pedidos formais de extradição" e "estender perseguições políticas ao território dos Estados Unidos". Já a PF informou que a prisão de Ramagem "decorreu de cooperação policial internacional entre a Polícia Federal e autoridades policiais dos EUA".

Além da condenação criminal no STF, a Mesa Diretora da Câmara determinou em dezembro do ano passado a perda do mandato de deputado federal de Ramagem pelas faltas acumuladas com sua fuga do Brasil. A mesma medida atingiu o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que também reside nos EUA.

DESASTRE EM MARIANA

TCU aponta fragilidades no monitoramento de resultados de acordo

RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) indicou que há fragilidades nos mecanismos de monitoramento e de avaliação dos resultados do Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão (Novo Acordo do Rio Doce), firmado após o desastre em Mariana (MG).

A Corte também apontou para fragilidades nos controles de elegibilidade e pagamento do Programa de Transferência de Renda (PTR), criado especificamente para atender agricultores familiares e pescadores profissionais afetados pelo rompimento da barragem de Fundão.

As constatações estão no processo de acompanhamento realizado pela Unidade de Auditoria Especializada em Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (AudSustentabilidade) sobre a execução do Novo Acordo do Rio Doce. O valor estimado em R\$ 132 bilhões está sendo destinado a um conjunto de medidas de reparação, compensação e restauração ambiental.

A Corte de Contas também observou que há "incertezas" quanto às condições necessárias para a retomada sustentável da atividade pesqueira na Bacia do Rio Doce, além de definições sobre a operacionalização do Fundo de Reestruturação da Aquicultura e Pesca (Frap), inclusive sobre a

modelagem financeira desse Fundo

Foi determinado ao Ministério da Pesca e Aquicultura e ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) a elaboração de um Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR) do Frap, exclusivamente em relação aos rendimentos já acumulados. Isso deverá ser feito no prazo de 60 dias e encaminhado ao Comitê do Rio Doce, instância responsável por coordenar a implementação do acordo judicial.

Além disso, o TCU também entendeu que a existência do Comitê do Rio Doce "ainda não se traduziu plenamente" em capacidade efetiva de coordenação, monitoramento e avaliação integrada dos resultados almejados.

"Persistem fragilidades relacionadas à consolidação de indicadores, à integração das informações produzidas pelos diversos órgãos envolvidos e à disponibilização de instrumentos capazes de permitir o acompanhamento tempestivo da implementação das ações previstas nos diferentes anexos do acordo", relatou o ministro Jhonatan De Jesus, relator.

O acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2024. O desastre ocorreu em Mariana (MG) em novembro de 2015, com severos impactos sociais, ambientais e econômicos em municípios da Bacia do Rio Doce, nos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

SAÚDE FRÁGIL

Cacique Raoni apresenta boa evolução clínica e vai para enfermaria

ELAINE PATRÍCIA CRUZ/ABRASIL

Internado desde o dia 19 de junho na capital paulista, o líder indígena Raoni Metuktire, de 93 anos, apresentou uma boa evolução clínica e foi transferido da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para um quarto de enfermaria do Hospital São Paulo, da

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), na capital paulista.

Segundo boletim médico do hospital divulgado no início da noite de ontem, Raoni se encontra em quadro estável, consciente, sem febre, respirando sem aparelhos e com dieta oral. Ele responde a comandos, mas apre-

senta uma tosse com secreção.

O cacique Raoni foi internado em estado grave no dia 15 de junho no Hospital e Maternidade de Dois Pinheiros, em Sinop (MT). Após ser estabilizado e passar por quatro dias de tratamento, ele foi transferido para São Paulo, onde segue em tratamento ambulatorial.

Ele está na capital paulista desde o último dia 19, quando chegou com quadro de obstrução intestinal alta e pneumonia aspirativa. No dia 20 de junho, ele foi submetido a uma cirurgia de desobstrução do trânsito intestinal. No dia 30, ele apresentou uma hemorragia digestiva, que foi controlada.

REGIÃO DOS LAGOS

Maricá, no litoral do Rio, registra tremor de terra de magnitude 3.0

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Um tremor de terra de magnitude 3,0 foi registrado na costa do Rio de Janeiro, a cerca de 60 quilômetros (km) do município de Maricá. O abalo sísmico foi monitorado às 17h59 de sábado passado.

De acordo com a Rede Sismográfica Brasileira (RSBR), o tremor foi considerado de "baixa magnitude". Para efeito de comparação, os terremotos que deixaram cerca de 3 mil mortos na Venezuela no fim de junho tiveram magnitude 7,2 e 7,5.

A Rede Sismográfica Brasileira é responsável pelo monito-

ramento de tremores de terra em todo o território nacional e é formada por quatro instituições: Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Observatório Nacional, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O registro do abalo sísmico em Maricá foi feito pelo Centro de Sismologia da USP. Os especialistas classificaram a profundidade como "sismo raso", ocorrido possivelmente entre 0 km e 10 km. (O)

TREMORES

O sismólogo Gilberto Leite,

do Observatório Nacional, explica que abalos dessa magnitude são "relativamente comuns" na costa do Sudeste, mas dificilmente são sentidos.

"O Brasil registra pequenos tremores de terra com certa frequência, especialmente devido às tensões tectônicas que atuam na crosta terrestre. Na maioria dos casos, esses abalos têm baixa magnitude e não chegam a ser sentidos", detalha.

O especialista acrescenta que a margem sudeste do Brasil é considerada a principal zona sísmica offshore (afastada da costa) do país, onde pequenos terremotos ocorrem

de forma relativamente frequente.

Só entre os dias 26 e 30 de junho, o litoral fluminense teve nove registros de pequenos abalos sísmicos próximos à cidade de Saquarema. O maior deles foi de magnitude 2,5.

Há pouco mais de um mês, em 21 de maio, foi registrado outro sismo de magnitude 3,3 no litoral de Maricá. De acordo com a RSBR, não há relatos de pessoas que tenham sentido esses tremores.

Os especialistas da rede de monitoramento enfatizam que não é possível prever como o comportamento da atividade sísmica na região vai evoluir.

VENEZUELA

Brasil deve enviar cirurgiões plásticos para ajudar vítimas

ADRIANA VICTORINO/AE

A Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP) informou que está organizando uma missão humanitária para prestar atendimento às vítimas dos terremotos que atingiram a Venezuela. Mais de 50 cirurgiões plásticos brasileiros já se voluntariaram para integrar a iniciativa, que aguarda retorno do governo brasileiro e das autoridades venezuelanas para ser colocada em prática.

Segundo a entidade, o objetivo é atuar na fase posterior às operações de resgate, quando começam os atendimentos a pacientes com lesões que exigem reconstrução e reabilitação. A expectativa é que a equipe seja formada de acordo com as principais demandas, como reconstrução de partes moles, tratamento de queimaduras e fraturas de face.

Em nota, a SBCP informou que entrou em contato com o Ministério da Saúde, com a diplomacia brasileira e com a Sociedade Venezuelana de Cirurgia Plástica para colocar a experiência dos profissionais brasileiros à disposição das vítimas.

A presidente da entidade venezuelana, Coralina de Almeida, respondeu à SBCP afirmando que a colaboração dos médicos brasileiros será importante na etapa de reconstrução dos pacientes após a conclusão das operações de busca e salvamento.

A sociedade médica também iniciou uma campanha

de arrecadação de recursos para viabilizar a missão. Entre as possibilidades em estudo está a realização das cirurgias reconstrutoras em um hospital de campanha da Marinha do Brasil ou em Boa Vista (RR), caso a logística seja confirmada.

"A cirurgia plástica reparadora desempenha um papel fundamental em situações de desastres, auxiliando no tratamento de ferimentos complexos, queimaduras e outras lesões traumáticas. Mais do que reconstruir tecidos, nosso trabalho é promover a reabilitação dos pacientes, devolvendo função, qualidade de vida e esperança. A solidariedade se fortalece quando colocamos nossa experiência a serviço de quem mais precisa", afirma o presidente da SBCP, Marcelo Sampaio.

A entidade ressaltou, porém, que a missão ainda não foi oficializada. Segundo a SBCP, a logística está em organização e depende do retorno do governo brasileiro e da Sociedade Venezuelana de Cirurgia Plástica.

Os terremotos que atingiram a Venezuela em 24 de junho já deixaram pelo menos 3.342 mortos e 16.740 feridos, segundo o balanço oficial divulgado no domingo passado. O Brasil já enviou ao país cerca de seis toneladas de vacinas, medicamentos e insumos de saúde, em uma operação coordenada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE).

ALIANÇA MILITAR

Otan: Rutte cobra planos 'claros, concretos e críveis'

O secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, cobrou nesta segunda-feira que os países-membros apresentem "planos claros, concretos e críveis" para cumprir a nova meta de gastos com defesa durante a cúpula da aliança, que começa hoje, em Ancara, na Turquia.

Na véspera do encontro, Rutte afirmou que os 32 integrantes precisam demonstrar como alcançarão o objetivo de destinar 5% do Produto Interno Bruto (PIB) à defesa - sendo 3,5% para despesas militares e 1,5% para infraestrutura estratégica, como estradas, pontes e portos. A Espanha apoiou a me-

ta, mas argumentou que pode atender às exigências da Otan sem elevar os gastos a esse nível, enquanto alguns países ainda não atingiram o antigo objetivo de 2% do PIB.

Questionado sobre eventuais membros sem um plano concreto, Rutte respondeu que, "se um ou dois ainda precisarem ser convencidos, temos maneiras de fazer isso", sem detalhar quais seriam.

A reunião ocorre em meio à pressão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para que os aliados ampliem rapidamente os investimentos em defesa. Na semana passada, o embaixador americano na Otan, Matthew Whitaker, afirmou que

Trump espera que todos os integrantes "entrem imediatamente no caminho dos 5% e façam isso com urgência". Whitaker também indicou que Washington poderá adotar medidas contra os países que não aumentarem seus gastos.

Rutte afirmou que os sinais já são positivos e estimou que os aliados europeus e o Canadá investirão, juntos, US\$ 258 bilhões adicionais em defesa em 2025 em relação aos anos anteriores. Ainda assim, Trump segue cobrando maior "lealdade" dos parceiros e tem criticado países que se recusaram a autorizar o uso de bases militares na campanha dos EUA e de Israel contra o Irã. O governo

americano também defende a chamada "Otan 3.0", modelo em que a Europa assume maior responsabilidade por sua própria defesa.

A cúpula ocorre em meio a alertas de governos europeus sobre o risco de ataques híbridos da Rússia. A aliança deve anunciar novos projetos militares, incluindo a renovação de sua frota de aeronaves de vigilância AWACS. Em relatório divulgado nesta segunda-feira, o Mecanismo Europeu de Estabilidade (ESM) afirmou que a meta de gastos é viável, mas advertiu que o reforço da defesa financiado por dívida se tornou uma das principais questões fiscais da década.

BLOQUEIO DOS EUA

Cuba tem novo blecaute com desconexão total do sistema elétrico

PATRICIA LARA/AE

Um apagão generalizado atingiu Cuba ontem em meio ao colapso da rede de energia.

A Unión Eléctrica de Cuba (UNE), estatal responsável por gerir, transmitir e distribuir energia em toda a ilha caribenha, informou que ocorreu uma desconexão total do Sistema Elétrico Nacional.

"As causas estão sendo investigadas", afirmou a companhia no X.

O Ministério de Energia e Minas disse que acionou os protocolos para restabelecer o fornecimento de energia, segundo publicação no X.

Na sequência, a UNE informou que uma das unidades geradoras a gás da Energías em Boca de Jaruco foi ativada.

A ilha caribenha tem uma matriz energética altamente dependente de combustíveis fósseis, operando usinas termelétricas que necessitam de cerca de 100 mil barris diários de petróleo, mas produz apenas 40 mil internamente, segundo a Agência Brasil.

E o fornecimento de combustível para Cuba está se esgotando desde janeiro, quando o pre-

sidente dos EUA, Donald Trump, ameaçou impor tarifas a qualquer país que venda ou forneça petróleo à ilha, agravando a crise econômica e financeira em curso.

Os 730.000 barris de petróleo entregues por um navio-tanque russo no final de março esgotaram-se no final de abril, de acordo com a Associated Press.

OTAN

Trump volta a atacar Meloni em rede social às vésperas de cúpula

PEDRO LIMAAE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a mirar a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, em uma publicação na Truth Social às vésperas da cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que começa hoje, em Ancara (Turquia). Sem texto adicional, Trump compartilhou uma foto em que Meloni aparece olhando para ele durante um encontro e escreveu, em letras maiúsculas: "É NECESSÁRIA UMA ORDEM DE RES-TRIÇÃO".

A postagem amplia a série de ataques públicos de Trump à premiê italiana nas últimas semanas, período em que os dois trocaram críticas sobre a relação bilateral e o papel da Itália na aliança militar.

No mês passado, Trump afirmou que Meloni teria "implorado" por uma foto durante a cúpula do G7, declaração

classificada pela líder italiana como "completamente inventada". Posteriormente, o republicano voltou a criticá-la, alegando que sua popularidade estaria em queda e acusando Roma de não colaborar com os EUA na campanha militar contra o Irã, especialmente ao negar o uso de bases italianas. Meloni respondeu que os ataques eram "constantes e injustificados" e ressaltou que "a Itália continua a ser uma nação soberana".

A nova provocação ocorre em um momento delicado para a Otan. Trump tem pressionado os aliados a elevar os gastos com defesa para 5% do Produto Interno Bruto (PIB) e cobrado maior "lealdade" dos países-membros. Na véspera da reunião da aliança, o secretário-geral da Otan, Mark Rutte, pediu que os integrantes apresentem planos "claros, concretos e críveis" para cumprir a meta de investimentos militares.

EXTREMA DIREITA

Sánchez reconhece vitória de Fujimori na eleição presidencial do Peru

O candidato de esquerda Roberto Sánchez reconheceu, ontem, a vitória da direita Keiko Fujimori nas eleições presidenciais do Peru.

Os partidos Ahora Nación, Partido Cívico Obras e Juntos por el Perú afirmaram, em comunicado conjunto assinado por representantes das legendas, incluindo Sánchez, que "a democracia exige respeito às instituições, mas também exige a defesa da verdade", e reconheceram que o Júri Nacional de Eleições (JNE) proclamou oficialmente o resultado do pleito.

Na última sexta-feira, a autoridade eleitoral peruana proclamou a candidata do partido Fuerza Popular como presidente eleita.

Ela obteve 50,135% dos votos, o equivalente a 9.223.396 votos, enquanto Sánchez recebeu

49,865%, ou 9.173.755 votos, segundo o Escritório Nacional de Processos Eleitorais (ONPE).

Apesar de reconhecer a vitória de Fujimori, Sánchez afirmou que "isso não implica renunciar ao direito de apontar e denunciar as irregularidades ocorridas durante o processo eleitoral", que, segundo ele, foram de conhecimento público e afetaram a eleição.

Fujimori receberá suas credenciais em 15 de julho e assumirá a presidência em 28 de julho, sucedendo o presidente in-

terino José María Balcázar. Seu mandato irá até 2031.

"Recebo com profunda gratidão a confiança que milhões de peruanos depositaram em mim. Começa uma nova etapa. Assumimos essa responsabilidade com humildade e um profundo senso de dever", escreveu a presidente eleita no X após a proclamação.

O Peru teve oito presidentes diferentes desde 2016. Vários deles foram destituídos pelo Congresso ou renunciaram antes de sofrer o mesmo destino.

CLIMA

Onda de calor na Europa e nos EUA provoca mortes e incêndios florestais

Em meio ao feriado prolongado de 4 de julho, o Serviço Meteorológico Nacional dos EUA informou, no domingo, passado que cerca de 160 milhões de americanos estão sob alertas de calor intenso ou extremo. No mesmo dia, o comissário de Saúde de Nova Jersey, Raynard Washington, confirmou que o Estado já registrou 19 mortes supostamente relacionadas com o calor.

"Infelizmente, muitas destas pessoas foram encontradas em residências sem ar-condicionado. Algumas estavam fora de suas casas, algumas na rua e outras, inclusive, em carros estacionados", afirmou Washington. "Este clima é extremo e perigoso... E este é o período de calor mais intenso que vimos em mais de 14 anos", disse a governadora de Nova Jersey, Mikie Sherrill.

Atlantic City, em Nova Jersey, registrou 39,4°C na quinta-feira,

2, quebrando o recorde de 37,8°C, estabelecido em 1966, de acordo com Bryan Jackson, meteorologista do Centro de Previsão do Tempo da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica (NOAA, na sigla em inglês). A cidade atingiu 40,5°C na sexta-feira, 3, e 41,1°C no sábado, 4.

As autoridades instaram a população a permanecer em ambientes fechados, a beber mais água do que o habitual e a buscar locais com ar-condicionado caso não tenham um aparelho em casa.

Ondas de calor mais frequentes, prolongadas e intensas evidenciam as mudanças climáticas. O fenômeno também impactou fortemente a Europa.

Centenas de bombeiros combatem incêndios que já consumiram mais de 20 mil hectares em Portugal, Espanha, França, Grécia e outros países.

Os incêndios se alastram em meio ao aumento das tempera-

turas, que já atingiram 43°C na Espanha, após as ondas de calor de maio e junho, responsáveis por pelo menos 4,7 mil mortes em todo o continente.

Na França, um incêndio que começou na noite de sábado obrigou a Volta da França, a mais tradicional e popular prova de ciclismo do mundo, a mudar de percurso e deixou 10 mil deslocados, segundo as autoridades.

Na Espanha, a onda de calor atinge o sul e o norte do país com particular intensidade e deve durar "pelo menos até quarta-feira", informou a Agência Nacional de Meteorologia (Aemet, na sigla em espanhol) nesta segunda-feira, 6. Na Catalunha, os bombeiros continuam monitorando um incêndio florestal próximo a Girona.

Em Portugal, onde quatro regiões do norte e do centro estão em alerta vermelho devido ao calor, as chamas consumiram pelo

menos 13 mil hectares de vegetação em Vouzela, no norte do país, segundo as autoridades. O incêndio ainda está sendo combatido, mas "sem risco de propagação", informou a Defesa Civil.

Na Grécia, um incêndio florestal atingiu duas fábricas em Tessalônica, no norte do país, o que obrigou as autoridades a esvaziar a área ao redor e recomendar aos moradores que mantenham as janelas fechadas.

Incêndios de grandes proporções também foram relatados na ilha de Hvar, na Croácia, e em Tale, na Albânia.

A Europa registrou temperaturas recordes durante uma onda de calor em junho, o que teria sido "virtualmente impossível" sem as mudanças climáticas, segundo o grupo de cientistas World Weather Attribution.

Em 2025, a área devastada por incêndios florestais na Europa atingiu o recorde de 1.034.550 hectares.

Nota

ONU VÊ RISCO DE TRANSFORMAÇÃO DA IA PARA USO MILITAR EM GUERRAS E 'ROBÔS ASSASSINOS'

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, alertou para a crescente alteração na designação de chips de inteligência artificial (IA) de uso civil para utilização em campos de batalha, onde "robôs assassinos já são a norma". Guterres pediu controles regulatórios mais amplos e de maior alcance sobre a tecnologia, em discurso no evento das Nações Unidas sobre Diálogo Global em Governança IA, em Genebra, que acontece entre hoje e amanhã. O secretário também defendeu o aumento na acessibilidade da IA, considerando que bilhões de pessoas não possuem acesso e que aproximadamente US\$ 500 trilhões do financiamento para infraestrutura estão concentrados no setor privado. "O suporte público em países em desenvolvimento continua insignificante, em comparação", disse. Para reduzir essa desigualdade, mais de 20 países apoiaram uma iniciativa da ONU para cooperação em construção de capacidade de IA.